

**O espaço em questão:** segregação e desigualdade na periferia de Ribeirão Preto - SP  
Maria Esther Fernandes

**Como citar:** FERNANDES, Maria Esther. O espaço em questão: segregação e desigualdade na periferia de Ribeirão Preto - SP. *In:* FADEL, Bárbara. (org.). **Desenvolvimento regional:** debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 173-194. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7983-048-8.p173-194>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## O ESPAÇO EM QUESTÃO: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NA PERIFERIA DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Maria Esther Fernandes

### Introdução

A própria dialética nos ensina que nenhum fenômeno pode ser compreendido isoladamente. Sendo o espaço um produto social, resultado das relações entre as pessoas e o meio, ele assume, também, uma dimensão estratégica e política. Não se pode fazer referência ao “urbano” sem apontar a lógica<sup>1</sup> que preside sua estruturação. Portanto, quando falamos em “urbano”, teremos sempre que nele englobar o espaço central (lugar do poder de decisão) e o espaço periférico<sup>1</sup> (lugar da segregação, do abandono).

Meyer (1979), analisando a cidade sob a perspectiva do que ela denomina “apropriação do espaço”, leva-nos a perceber que enquanto a produção do espaço é obra coletiva, resultado de um trabalho comunitário, seu consumo tem sido sempre privilégio de classe. Para realizar seus objetivos, a cidade (cujos “atributos” são oferta de mão-de-obra, técnica e mercado de consumo, entre outros) cresce atendendo de forma eficiente os interesses

---

<sup>1</sup> Vários estudos têm-se voltado para a questão do urbano e suas desigualdades (Kowarick, 1994; Perlman, 1977; Bonduki, 1998; Maricato, 1996; Zaluar, 1994; Villaça, 1998; entre outros). Neste trabalho a expressão *bairros periféricos* será utilizada para apontar áreas de segregação sócio-territorial, onde seus habitantes vivem a condição de subcidadania enquanto moradores urbanos. “Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos. Grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais” (Rolnik, 1994: 97).

econômicos e muito precariamente os interesses dos habitantes. Assim, os aspectos “patológicos” desse desenvolvimento da rede urbana manifestam-se na geração de uma marginalidade urbana.<sup>2</sup>

Muitos autores debruçaram-se, também, sobre a questão da “segregação espacial”. Rolnik (1994, 97), ao discorrer sobre a hierarquização do espaço – a definição dos lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social, “qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e não pode circular” –, chama nossa atenção para as zonas populares, “setor degradado” onde os lotes são superocupados horizontalmente entre barro e esgoto a céu aberto, e as zonas onde se localizam os palacetes dos ricos.

Assim, os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam.

(...) grosso modo, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica (ROLNIK, 1994, 27-28)

---

<sup>2</sup> O uso do termo “marginalidade” adquiriu diferentes conceituações na literatura econômica e sociológica e segundo momentos diversos dos contextos históricos e políticos da sociedade brasileira. A esse respeito, a consulta da obra de Doraci Alves Lopes (1997a), em particular das páginas 28 a 47, é de extrema valia para um aprofundamento sobre o assunto. Nas palavras da autora: “ao longo do tempo, percebe-se que a teoria da marginalidade perde as características mais explícitas e diretas de seu discurso inicial, sem perder sua concepção básica sobre favelas: a de um ‘território’ à parte, tomado por pobres ‘marginais’ que ‘impedem’ a cidade de ser melhor do que é. Com a crítica à teoria da marginalidade, elaborada principalmente por economistas e sociólogos nos anos 70, aprendemos como desmontar os principais fundamentos do dualismo. (...) Mas, nos perguntamos ainda se não ficaram faltando estudos menos macroestruturais sobre as conseqüências sociais desta visão de mundo, que aprofundariam nosso conhecimento sobre a história da classe trabalhadora em sua relação dinâmica com a cidade, através da moradia, nos períodos históricos em que estes estudos vigoraram”. (p. 27).

Economistas, sociólogos e geógrafos apontam como se organiza uma economia marginal (baseada no subemprego, no artesanato, no pequeno comércio ambulante, etc.) por parte da massa trabalhadora rejeitada pelo sistema produtivo principal. Dessa “economia marginal” resulta uma renda insuficiente, instável, que exclui essa população do mercado de consumo, levando-a a habitar as áreas periféricas da cidade.

É no interior dos aspectos até aqui considerados que surge a questão das contradições urbanas no bojo do processo de urbanização da cidade de Ribeirão Preto.

Embora a fragmentação do tecido urbano constitua característica marcante da urbanização dessa cidade, com o conseqüente aprofundamento da distância entre a “cidade luminosa” e os homens lentos das zonas urbanas “opacas”<sup>3</sup>, cada área da cidade deve ser analisada em suas relações com outras porções do espaço urbano da qual é parte integrante. Embora cada um dos bairros guarde sua especificidade, nenhum deles poderá ser verdadeiramente compreendido sem o esboço de uma contextualização que considere diferentes aspectos e processos que, juntos, colaboraram para o seu surgimento e desenvolvimento.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> “Na cidade 'luminosa', moderna, hoje, a 'naturalidade' do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores” (Santos, 1996:261).

<sup>4</sup> Apenas para ilustrar a afirmação anterior, pode-se citar a gestação de uma modalidade de bairro periférico presente na espacialidade da cidade. Buscar compreender os processos que levaram, em fins de agosto de 1996, moradores sem-teto a ocupar uma área de preservação ambiental na cidade, exige que o ensaio explicativo seja acompanhado de uma tentativa em explicitar as relações que esse espaço intra-urbano mantém com outros espaços, tanto os mais próximos, como aqueles do setor sucroalcooleiro, quanto os mais distantes, no caso os da expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e da economia global. Nesse caso, a assertiva anterior também é válida e isso se explica uma vez que a análise específica do bairro pesquisado, hoje denominado Jardim Progresso, evidencia que parcela significativa dos moradores é procedentes do Vale do Jequitinhonha, cuja origem é rural e que, à semelhança de migrantes de outras regiões, teve sua vida alterada pela modernização do campo brasileiro.

## A “Califórnia Brasileira”: verdades e equívocos

O município de Ribeirão Preto, localizado no noroeste paulista (310 km da capital do estado), constitui um importante polo econômico regional, caracterizando-se pela atratividade exercida sob outros municípios circunvizinhos, fato este proporcionado, em grande parte, pelo considerável desenvolvimento de seu setor terciário. Atualmente, a região congrega as seguintes sub-regiões: Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, São Joaquim da Barra, Barretos, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos. A Região Administrativa do município compreende 80 municípios que participam dessas sub-regiões, abrangendo uma área de 36 mil km<sup>2</sup>.

Nos últimos anos, vários estudiosos, sobretudo no campo geográfico e econômico, vêm apontando o interior do estado de São Paulo como uma das áreas do país que mais cresce em relação à sua metrópole. Santos, por exemplo, chama de *involução metropolitana* esse processo e assim o define:

Nos dias atuais, as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, ao passo que é nas grandes cidades que se acumulam a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de “involução metropolitana” (1994 a:55).

Desde a década de 1970, vem ocorrendo a expansão dos complexos agroindustriais na região de Ribeirão Preto, processo este que exemplifica a crescente composição técnica de seu território. É possível afirmar que a especialização da agropecuária foi o principal fator responsável pela multiplicação de inúmeras cidades na região, ocorrendo, no início do período, a instalação da maior parte dos serviços modernos nos núcleos urbanos mais

antigos (Araraquara, Franca, São Carlos e Ribeirão Preto). De igual monta, foi a receptividade desses aglomerados urbanos à maior parte dos migrantes que se dirigiram à região. Em meados da década de 1970, com a instalação do Proálcool, a requisição de mão-de-obra aumentou em virtude das usinas de álcool e açúcar não conseguirem operar apenas com trabalhadores locais, proporcionando um aumento paralelo das migrações de outros estados para a região.

Todavia, ao longo da década de 1990, assistiu-se na região e, em particular, no entorno mais próximo da cidade de Ribeirão Preto, o recrudescimento da exclusão social com conseqüências na sua estrutura urbana; o que resultou num processo intenso de precarização das condições de vida nos bairros pobres, de parcelamento do solo que, entre outros aspectos, se fez acompanhar por litígios fundiários entre moradores sem-teto, o Executivo e Judiciário da cidade que empresta o nome à região.

Em 1993, segundo dados da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social do município de Ribeirão Preto, divulgados em fevereiro de 1994, a cidade contava com 7 830 favelados ou pessoas vivendo em condições precárias de moradia, distribuídas em 21 favelas da cidade com o número de barracos estimado em 1 566. No início de 2001, transcorridos oito anos, de acordo com novo levantamento da Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social, a cidade apresentava 26 205 moradores vivendo em favelas e ocupações de sem-teto que, reunidas, contabilizavam 31 áreas, nas quais existiam 5 027 barracos de favelados e casas de alvenaria no caso dos sem-teto. Dados mais recentes, fornecidos pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, com base em levantamento realizado em 2007, apontam a existência de 19 245 favelados, vivendo em 4 381 barracos distribuídos em 33 núcleos, evidenciando o fato de que as políticas públicas do Município não lograram reverter esse quadro de modo substancial.

Elias, geógrafa que realizou o que talvez seja até o momento o estudo mais completo e atualizado sobre a região em questão, procurando

demonstrar como operou na região a construção e organização do espaço através da sua desigual composição orgânica, com grandes reflexos na organização interna das cidades, assim referenda a questão:

(...) a urbanização da sociedade e do território da região respondeu às necessidades de unificação do mercado e do território, atendendo aos anseios de acumulação e concentração das grandes empresas, que passaram a comandar a organização do território regional. (...) Dado o grande montante de capital necessário para dotar o território de fluidez para as grandes empresas, principalmente as associadas ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais da cana e da laranja, a urbanização se deu de forma corporativa, uma vez que os recursos para a construção dos fixos<sup>5</sup> foram aplicados privilegiando os interesses econômicos dessas mesmas empresas, em detrimento dos interesses sociais. (...) Os recursos necessários à expansão dos sistemas de engenharia foram garantidos a partir da aliança com o Estado nos seus diferentes níveis, do municipal ao federal, que atuou de forma intensa, direta e indiretamente na organização do espaço da região” (ELIAS, 1996: 223).

Isso significa dizer que, concomitante ao crescimento econômico inquestionável que foi registrado entre as décadas de 1970 e 1990, existiram conseqüências socioespaciais que estão longe de poderem ser desconsideradas, resultando na diminuição dos padrões de vida da grande maioria da população. Esse prognóstico é válido não somente para a cidade de Ribeirão Preto, como

---

<sup>5</sup> Fixos artificiais no território seriam os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral agregados à natureza (aeroportos, estradas de rodagem, centrais de telecomunicações, silos, portos, bancos, centros de pesquisa). Santos (1978), em *Por uma geografia nova*, propugnou este conceito, assumindo a hipótese segundo a qual a geografia poderia ser edificada a partir da consideração de que o espaço seria um conjunto de fixos e fluxos. A esse respeito, Santos (1996:50) esclarece: “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor (...). Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia”.

também para todas as cidades da região, com notável visibilidade nas maiores, como é o caso de Araraquara, São Carlos e Franca. Não obstante, pelo fato de ser a área de maior atratividade da região, exercendo uma liderança inquestionável na oferta de produtos e serviços modernos, é na cidade de Ribeirão Preto onde se constata o acirramento de graves problemas urbanos.

O aumento acelerado da população urbana e do tamanho das cidades da região tornou o montante cada vez maior dos recursos financeiros e técnicos necessários para equipar o território, dotando-o de fluidez. Entrementes, focalizando mais especificamente o caso da cidade de Ribeirão Preto, os contrastes são notórios no que tange à distribuição dos equipamentos urbanos e sociais, assim como das atividades pelo seu território e dos grupos sociais. O que explicaria essa dissonância entre a grande monta de investimentos dirigidos à região e a precariedade crescente de sua infra-estrutura urbana, sobretudo aquelas que deixam de atingir as populações de baixa renda?

Seguindo as interpretações de Elias (1996, 230), como a maior parte dos recursos se destina a satisfazer as necessidades das firmas hegemônicas e das classes mais abastadas, o meio técnico-científico-informacional não teria se difundido de forma equitativa em toda a cidade, acarretando diferenças acirradas quanto à dotação dos sistemas de engenharia dos transportes, das comunicações, da eletrificação e dos serviços sociais básicos. Isso implica dizer que, também na região de Ribeirão Preto, “a composição técnica e orgânica do território não é a mesma em todos os lugares, reproduzindo-se a acumulação de vantagens no centro da cidade e desvantagens na periferia”.

Presenciou-se, então, um agravamento dos problemas sociais gerados pelo descompasso entre evolução econômica e social, entre os quais um dos mais significativos foi o déficit habitacional. Sem tangenciar essa questão, Elias (1996,234) referenda:

O crescimento da população e da urbanização no Brasil foram sempre acompanhados pela demanda de

estabelecimentos residenciais sempre superior à oferta, frente ao empobrecimento extraordinário das classes trabalhadoras e pelo tratamento mercantilizado da moradia (1996: 234).

Na década de 1960 surgiu o BNH, visando o financiamento para a construção de moradias para a população de baixa renda (até cinco salários-mínimos). Pelo intermédio de um importante aparato institucional e, atuando por meio de diferentes agentes (Caixa Econômica Federal, Cohab), financiava não apenas a construção das moradias mas todo tipo de infra-estrutura necessária. Na década de 1970, transformou-se num elemento popular do desenvolvimento urbano no país.

O BNH financiou, também, obras de infra-estrutura urbana, como saneamento básico e abastecimento de água, com o objetivo de facilitar a participação do seu território numa economia mundializada. O fato da região de Ribeirão Preto ter sido favorecida com vários programas de obras de desenvolvimento urbano, tornou-a extremamente atrativa para o investimento de capital de grandes corporações nacionais e multinacionais.

A tese de criação do BNH como instrumento de expansão do capital aplica-se à situação da região de Ribeirão Preto. Elias expressa essa correlação:

Os conjuntos habitacionais serviram quase como pretexto, quando o objetivo era dotar o território de maior fluidez, como de fato ocorreu. O BNH ajudou a expandir a malha urbana e a construir o modelo urbano corporativo e fragmentado. Como em todo país, “o uso diferente do capital social da cidade, pelos diversos capitais particulares, submeteu a construção de moradias populares às oscilações de conjuntura e não às reais necessidades estruturais da população, deixando seu comando ao encargo da especulação”. O resultado é a falta de moradias, assim como a baixa qualidade das construídas pelos diversos níveis de governo. (1996: 236)

A autora destaca que, em 1993, o déficit habitacional na cidade de Ribeirão Preto atingia 27 165 famílias (dados da Cohab-Ribeirão Preto).

Diante do exposto, podemos concluir que a política habitacional do governo federal, empreendida pelo BNH, deixou de cumprir sua função primordial de atendimento ao déficit habitacional das cidades da região.

Isso ocorreu no mesmo momento em que se destacou a economia ribeirão-pretana que, pujante na década de 1980, se projetou nacionalmente pelos meios de comunicação como a “Califórnia Brasileira”<sup>6</sup>, “fama construída de modo planejado para baratear a mão-de-obra desqualificada oferecida aos canaviais”. (Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2001, 8). Resultado importante dessas políticas malconduzidas foi a atração de grande contingente de migrantes interestaduais e do próprio estado de São Paulo para a região de Ribeirão Preto sem que lhes oferecesse a contrapartida de políticas públicas conforme suas necessidades.<sup>6</sup>

### **As desventuras da periferia: segregação e exclusão social na cidade corporativa<sup>7</sup>**

“(...) sobre essa tal de política (ele se refere às políticas públicas) eu penso assim: é como se saísse lá da Prefeitura um tufo d’água, só que quando chega aqui na favela, chega uma gota que não dá pra molhá ninguém” (José

---

<sup>6</sup> “A referência a Ribeirão Preto como Califórnia Brasileira surgiu muito antes do movimento desencadeado na década de 1980. Um relatório sobre Ribeirão, publicado em 1922, fazia referência à região como a Califórnia do Café em razão do clima quente e do grande número de fazendas cafeeiras nas cidades próximas. Os responsáveis por essa fama foram os imigrantes fluminenses e paulistas que, atraídos pelo solo fértil, transformaram a região na maior produtora de café do Estado de São Paulo. (...) O jornalista Ricardo Kotscho, autor da reportagem que chamou a atenção para a região, afirma que desconhecia a utilização desse termo no início do século” (Folha de S. Paulo, 19.jun.2000. Especial p. 7).

<sup>7</sup> Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla realizada no âmbito do Programa de Políticas Públicas da Fapesp. no período compreendido entre agosto/98 a dezembro/02.

Carlos dos Reis, 43 anos, servente de pedreiro, morador da Favela do Zara)

As considerações até então realizadas, permitem agora adentrar e focalizar o problema da segregação e da subcidadania urbana na cidade de Ribeirão Preto.

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar as contradições do urbano, ouvindo e dando voz aos moradores dos bairros periféricos incluídos no universo de nossa pesquisa<sup>1</sup>, na tentativa de verificar em que medida as políticas públicas atendem às expectativas da população.

Mostra-se oportuno, desse modo, chamar a atenção para uma distinção simples, mas valiosa, oriunda da tradição de sociologia empírica norte-americana e reiterada por Castells (1978,204), que diferencia a “segregação ecológica” da “segregação involuntária”. A primeira deve ser compreendida como concentração de pessoas que reúnem características semelhantes entre si dentro de uma mesma área residencial. Ainda que não sejam idênticas, pode-se dizer que a primeira das noções possui algo de análogo com a desenvolvida por Caldeira (1997), que aponta o fato de se reproduzir nas cidades os “enclaves fortificados” ou “periferias privilegiadas”, os quais servem de local de residência para as classes mais altas em busca de melhor qualidade de vida e se apresentam dotados de todos os serviços básicos e de infra-estrutura. A proliferação dos condomínios fechados de casas, na cidade de Ribeirão Preto, talvez seja de longe o aspecto mais visível de sua espacialidade urbana, apenas não ultrapassando a nitidez da expansão de suas áreas “opacas” (Santos, 1994b,79), visibilidade esta percebida como constrangedora para os mais abastados.

Eles, por sua vez, não parecem compreender que, ao contrário da segregação por eles escolhida, aqueles que produzem as crescentes paisagens urbanas da periferia não-privilegiada não o fazem voluntariamente. Para elas foram lançados como resultado de um modelo instituído que gerou exclusão social e econômica, no interior de uma cidade que se organiza de

forma corporativa. Tal processo, já visível na década de 1980, mas que adquiriu contornos mais graves na de 1990, teve como eixos principais a expropriação de terras e modos de vida em várias regiões do país em virtude da expansão capitalista – o caso das migrações Vale do Jequitinhonha-Ribeirão Preto é exemplo paradigmático entre uma infinidade de outras (des)territorialidades que se processam no país – e os condicionantes nefastos da reestruturação produtiva ocorrida no mercado de trabalho da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto. Ao mesmo tempo em que essas últimas transformações ocorreram, não foram oferecidas contrapartidas sociais para uma readaptação da força de trabalho desempregada por parte dos poderes públicos, administrações locais e do empresariado das cidades, que sofreram conseqüências dessa atitude. Desse modo, a única e derradeira opção dos pobres da cidade foi nutrir um espaço de lutas para fazer frente à segregação involuntária na qual, enquanto indivíduos e famílias se vêem obrigados a conviver em função da ausência de um desenvolvimento socialmente sustentável.

Vilhaça chama a atenção para o caráter de luta da segregação:

Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. (1998,148)

A pesquisa de campo realizada em bairros periféricos de Ribeirão Preto vem comprovar, e ao mesmo tempo revelar, as “desventuras

da periferia”, que obriga seus moradores a enfrentar um cotidiano de problemas que sua condição de subcidadania lhes impõe.<sup>8</sup>

Um longo percurso marcou a caminhada desses moradores na luta pela casa própria e na conquista pelo direito à cidade. Originários, em sua maioria, do rural ou da cidade pequena, a chegada a Ribeirão significou o enfrentamento de uma série de percalços: o desemprego ou o subemprego, o transporte difícil, a moradia distante e precária, o alto custo do aluguel, o pouco dinheiro.

Chegando à cidade, a tarefa que se impõe a cada família e ao próprio indivíduo ele mesmo, não fica circunscrita à construção da casa num novo lugar. Nesse processo de adaptação, onde se busca compreender as regras da vida num ambiente desconhecido, o indivíduo é obrigado a rever padrões, costumes, valores, tecer e entretecer relações, criar e recriar o antigo e o novo. O que ficou para trás – muitas vezes avaliado como pior – a seca, o emprego difícil, a roça minguada, o alimento escasso, as dificuldades de manutenção da família, tudo isso, bem ou mal, é parte integrante de sua vida e esse corte com o passado – vizinhança, compadrio, festividades, devoções, amigos, parentes que ficaram distantes – em busca de melhores condições de vida não se faz sem perdas, sem dor.

No conjunto Anhangüera, situado na região leste da área urbana da cidade e que reúne os Jardins Anhangüera, Grajaúna, Novo Mundo e Zara

---

<sup>8</sup> Desde o início, decidiu-se que entraria na amostragem um dos bairros da região conhecida como Complexo Aeroporto pelo fato de constituir periferia e área de marginalidade. Pensou-se em Salgado Filho I, Avelino Alves Palma, Simioni, Quintino Facci II, recaindo a escolha de Avelino Palma. A seguir, após contatos preliminares com Dirce Binoé Miranda e Aparecida do Carmo A. dos Santos, respectivamente assistente social e coordenadora da creche Girassol Encantado, ambas do Jardim Anhangüera, decidiu-se que o conjunto dos Jardins que compõe esse bairro também integraria o universo da pesquisa. De um lado, porque o bairro é antigo e poderíamos observar sua dinâmica ao longo dos anos, apontando-nos seu movimento rumo às conquistas. De outro, porque, ele inclui o Jardim Zara, que abriga a favela do Zara, formando um contraste, em função da proximidade das áreas, entre inclusão e exclusão.

Finalmente, em razão de sua peculiaridade (área da Prefeitura destinada a um parque ecológico, invadida pelos sem-teto em novembro de 1996) e, também, por não abrigar, no período de realização da pesquisa, nenhum tipo de serviço assistencial, decidimos que o Horto (hoje Jardim Progresso) passaria a integrar o conjunto da amostra.

(inclusive a Favela do Zara) a transformação do lote em casa, na década de 50, obrigou seus moradores, em meio a toda sorte de dificuldades, a roçarem o pasto e a erguerem o tipo de habitação compatível com as posses de cada família: mocós, barracos de tábuas e plástico ou, aos mais privilegiados, o primeiro cômodo de alvenaria. A compra do lote, em área sem a mínima infraestrutura, na ocasião, foi feita às custas de grandes privações, como narra uma depoente: *“Foram seis anos de sofrimento. Reservava o salário pra duas coisas básicas: a comida e a prestação”*.

Bonduki, ao abordar o processo que, na década de 1940 deu origem aos loteamentos periféricos na cidade de São Paulo, assinala que, para as classes mais necessitadas, restam apenas dois tipos de moradia a escolher: a casa feita com as próprias mãos e o cortiço. Denunciando a omissão do poder público na periferia, aponta uma combinação de fatores que viabilizou esse tipo de moradia popular predominante em São Paulo, após os anos 1940 e em grande parte das cidades brasileiras:

A enorme oferta de lotes baratos – pois distantes e desprovidos de benfeitorias urbanas – à venda nos quatro cantos da cidade, passíveis de serem pagos a prestação, que podiam ser ocupados sem os custos e os aborrecimentos envolvidos na feitura e aprovação de uma planta e sem o risco de perturbação pela fiscalização, com acesso por transporte público (mesmo precário, lento e complementado por longas caminhadas) – eis as condições que viabilizaram o mercado de loteamento periférico e criaram uma alternativa habitacional de massa para os trabalhadores de baixa renda. (1998, 287)

Os depoimentos dos antigos moradores do Jardim Anhanguera ilustram os percalços por eles enfrentados para viabilização do sonho de se tornarem proprietários. O relato de uma moradora do Jardim Anhanguera que, em 1981, se deslocou do Estado do Paraná para Ribeirão Preto é revelador das dificuldades enfrentadas:

“Meus pais vieram para cá em 1974. Quando aqui cheguei era um bairro novo. Em 1974, não tinha água, luz (...) nem para tomar banho. Em 1981 já havia água encanada. Não tinha esgoto, era fossa, foi quando começamos a lutar, reivindicar na prefeitura através da Igreja Católica por intermédio da irmã Cristina que com muita dificuldade começou a organizar os moradores. (...) Quando íamos na Prefeitura reivindicar, íamos pela Associação e a Igreja fazia parte espiritual e assim fomos pedindo melhoria para o bairro. Aí veio o esgoto, a iluminação, foi uma luta de quase dez anos. Aí depois veio a creche, antes era o Plimec que era uma casinha que começou a cair. Foi quando pegamos as crianças e levamos para o pátio da Igreja; através dos moradores e da Igreja é que começou a primeira casinha para a creche”.

No Avelino Alves Palma, bairro situado na região norte da área urbana de Ribeirão Preto, o caminho percorrido por aqueles que se instalaram por ocasião da entrega das primeiras casas à população, em 1982, onde as famílias, pouco a pouco, na medida de suas possibilidades, construía *“um cômodo a mais”*, também não se fez sem custos. É preciso tempo para construir um novo cômodo ou mesmo um pequeno arranjo como *“um puxado para cobrir o tanque”*. No percurso palmilhado, ao longo do tempo, para que a casa fosse assumindo fisionomia própria, fugindo à padronização imposta pelos conjuntos habitacionais, muitos percalços se fizeram presentes. Entre outros, o desnorтеio inicial, causado pela ausência de pontos de referência para a localização das pessoas, acrescido dos problemas de infraestrutura.

Um retrato do que era o bairro em sua inauguração é esboçado no depoimento de um dos seus moradores mais antigos, o Sr. José Roberto Lazarini, conhecido por todos como Seu Mineiro, proprietário de uma padaria:

“(...) aqui era tudo muito igual, as casas eram todas igualzinhas (...) não tinham muro nem na frente, nem dos lados e nem no fundo; com o tempo é que foi tudo mudando, cada um fazendo o seu muro, fazendo um puxadinho para o tanque, um cômodo a mais (...) e hoje

temos isso aí que a gente pode ver (...). Nessa época a falta de água era constante; era preciso buscar água nos bairros vizinhos com baldes, usando muitas vezes a perua da padaria para trazer água para os moradores daqui. (...) Não havia asfalto, esgoto, linha de ônibus, nem linha telefônica. Para entrar em casa, precisei colocar uma tábua sobre um buraco onde passava o esgoto, ainda sem encanamento. Alguns desses benefícios só chegaram depois de muita luta dos primeiros moradores”.

No Jardim Progresso, área situada na região sudoeste da cidade, em razão de sua própria história - invadida pelos sem-teto, no final de agosto de 1996 - foram muitas as frentes de luta encetadas por seus moradores. A ausência de infraestrutura levou-os a enfrentarem, durante muito tempo, problemas decorrentes da ausência de pavimentação: terra vermelha invadindo as ruas e as casas, nos dias de sol, ou a lama nos dias de chuva. Na fala de um morador, a expressão dessa dificuldade: *“Asfalto, nós precisamos também de asfalto aqui. Se não tivesse asfalto imediato, pelo menos o caminhão pipa, né? Para jogar uma água e abaixar a poeira, porque é muito pó. É criança com bronquite, é criança doente, é criança direto doente, as crianças aqui do bairro estão sempre doentes”*. Paralelamente às demandas da população pelo atendimento das necessidades mais elementares - água, luz, esgoto, serviço postal, asfalto -, os moradores desse bairro resistiram e lutaram pela permanência na área, até o momento de verem concretizado o direito a um espaço para viver. Sua história, embora recente, revela a força dos que não se intimidaram ante as constantes ameaças de despejo para permanecerem no local que uma conjunção de fatores os obrigou a ocupar e, por uma questão de direito, acreditaram, desde o início, como seu.

O sr. Oliveira, aposentado que trabalhava nas usinas de cana-de-açúcar da região, adoecido e tendo que arcar com o custo dos medicamentos que, em setembro de 2001 chegava a 631 reais mensais, esclarece as razões para ter vindo morar no Jardim Progresso:

"(...) eu vim para cá não foi porque eu quis. Eu vim para cá por causa do... vamos dizer, o que dizer..., eu fui obrigado a vir para não ficar devendo para ninguém. Porque se eu fosse ficar onde eu estava, eu iria estar devendo o aluguel, podia estar devendo o remédio..."

Outras falas dos sem teto do mesmo Jardim expressão as razões que os levaram a ocupar a área:

"Nossa! Como foi difícil! Passamos até necessidade das coisas dentro de casa pra comprar alguma... porque não é casa, você mesmo está vendo aí como é que é, só pra não ficar mesmo no térreo. E não sabia como ir embora também. Se fosse pra ir embora, não sabia como ir embora... Tinha que ficar ou na rua, ou na casa dos amigos, ou onde fosse tinha que ficar até arrumar um dinheiro pra ir embora. Foi quando surgiu isso aqui. Aí o meu marido veio, fêz aqui, fêz um cômodo aqui, nós viemos pra cá, sem porta, sem vidro, sem nada, nada, nada. Estamos aqui!

"Aqui só de falar que nós estamos dependendo dos sem-teto, isso já é um sofrimento. É porque não podemos comprar... estamos ocupando uma coisa porque não podemos comprar, você chegar e comprar uma propriedade, não é isso? E nós todos aqui, não é? Já tem não sei quantas famílias aqui dentro. Mas, graças a Deus por isso. Estamos com a saúde e já é o bastante."

Há, ainda, outro aspecto que consideramos relevante, uma vez que constitui o pano de fundo, o substrato da fala dos informantes: a casa, as representações sobre "casa", as aspirações da classe trabalhadora pela casa própria.

O contato com a literatura referente à habitação levou-nos a conhecer a produção intelectual de Doraci Alves Lopes (1999) e sua significativa contribuição para a compreensão da "ética do habitar" que engloba valores, aspirações, peculiaridades da cultura da classe trabalhadora. Foi então que decidimos ampliar os dados que surgiam espontaneamente na fala dos

informantes em torno de “casa”, realizando entrevistas com os moradores em torno de três questões: “O que é casa?”, “Quais as lembranças das casas onde viveu?”, “Como seria a casa do seu sonho?”.

As entrevistas mostraram que as representações sobre “casa” apontam um mesmo significado, habitam terreno comum: lar, proteção, segurança, abrigo, amparo para os filhos, “*um grande agasalho da gente*”. Mas, para além da “maternidade” da casa, que protege e ampara, há outro significado, indicando algo mais visceral. “*Casa é uma benção (...) quem não tem casa, não tem nada, é como se não tivesse vida*”; “*A casa é como se fizesse parte do corpo da gente (...) Quem não tem casa, nem família, fica tudo esparramado*”.

Para os moradores da Favela do Zara, as representações sobre a “casa do sonho” revelam o estreito limite dos sonhos, de suas vidas, de sua condição social, que, por vezes, chega a vedar a própria possibilidade de sonhar. Um senhor (53 anos), nos falou: “*É ruim sonhar. Uma com água encanada, porque a que eu moro não tem*”. Outros depoentes afirmaram: “*Nem se fosse um cômodo, que fosse minha, que eu não pagasse aluguel*”; “*Com meus filhos, com guarda roupa, que é para mim guardar roupa. Espaço, meu sonho é esse*”; “*Casa simples, desde que não chova na cabeça*”.

Acrescida à questão da habitação, surge a do preconceito nutrido em relação aos que habitam os espaços da favela, onde vivem marginais (bêbados, vagabundos, bandidos) e o estigma que pesa sobre os pobres da cidade, duplamente excluídos por serem “outros” e por serem “incultos” e “perigosos”, supostos agentes da violência urbana, “nódoa contra a qual têm que lutar diariamente, até com eles próprios na frente do espelho”, conforme notou Zaluar (1994,12), referendado neste depoimento:

“As pessoas têm medo do lugar, têm medo da gente, acha isso? Ter medo da gente? (...) Para mim, morar na favela não é bom, mas nós, pobre, não tem jeito, uai (...) a gente tem que agüentar a marimba, não tem dinheiro, tudo muito caro, a gente não tem como sair daqui, nem se quiser (...). Uma vez eu queria ter ido morar no Heitor

Rigon, tinha até carta da Cohab, coloquei na urna, mas não tive sorte. Aqui o terreno nem é da gente, mas o que vai fazer?”

Maricato (1996), debruçando-se sobre a intrincada questão da segregação ambiental, chama nossa atenção para a forma despótica como vem se processando o planejamento urbano nas metrópoles do país: totalmente descomprometido com a realidade empírica, com a luta pela vida e pelo espaço. Além de apontar a ineficácia das políticas públicas para a solução dos problemas sociais, afirma que essa orientação resultou em espaços segregados, geradores de conflitos e violência.

Em sentido complementar, a autora lembra que para o caso da cidade de São Paulo, onde metade da população mora em habitação irregular, *“a invasão é mais regra do que exceção, ao contrário do senso comum”*, concorrendo para isso imposições do mercado imobiliário que acabam empurrando para a clandestinidade até pessoas da classe média que não têm acesso a financiamentos para adquirir imóveis com melhor infra-estrutura.<sup>9</sup>

De modo semelhante, os mais recentes movimentos urbanos na cidade de Ribeirão Preto, que adotam a irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade na ocupação do solo urbano, deveriam ser compreendidos como resposta daqueles que foram expropriados não somente do mercado de trabalho como também do mercado privado legal de unidades habitacionais, fazendo face ao ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica e os direitos sociais da maioria, nega aos excluídos o acesso aos benefícios básicos para a vida nas cidades.

Importa lembrar que a violência no cotidiano de nossas cidades reveste-se de diversas formas, não somente naquelas evidenciadas pelo crime violento, mas também pelo desemprego e pelas formas espoliativas de moradia nas quais um maior número de trabalhadores está, compulsoriamente e cada

---

<sup>9</sup> Para a professora, invasão é regra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04.jun.2000, Caderno Ribeirão, p. C-8.

vez de maneira mais acentuada, impossibilitado de pagar dignamente o aluguel. Permanecendo na condição de subcidadania (Kowarick, 2000,107) porque sem direito à cidade, filhos de um processo espoliativo resultante de uma somatória de extorsões, os sem-teto do Jardim Progresso lutaram para fortalecer o “lento e oscilante processo de institucionalização de direitos”, como forma de promover a extensão da cidadania de seu grupo, tornando-se protagonistas de uma história comum.

Conforme oportunamente coloca Lopes (1997,27), a ocupação urbana para trabalhadores com baixa escolaridade e baixa renda “transforma-se na alternativa derradeira para trabalhadores sem-teto imaginarem-se sujeitos instituintes, capazes de gerirem sua própria vida no espaço da moradia e, quem sabe, finalmente se inserirem na vida social”.

### **Considerações finais**

Numa sociedade desigual e discriminatória como a nossa, frente à insensibilidade e descomprometimento do Estado, das elites e da própria sociedade civil, para absorver as demandas populares, parece-nos remota a possibilidade de uma cultura democrática da cidade.

Até então, as políticas públicas e, no caso específico, as políticas habitacionais, não lograram atingir o cerne da questão, ou seja, resgatar a dívida social do país, acumulada, sobretudo, nas últimas décadas.

O presente trabalho, de inspiração socioantropológica – empenhada em compreender um grupo social do seu interior –, realizou uma leitura qualitativa da realidade das periferias urbanas da região investigada: a busca das contradições do urbano a partir da reconstrução da fala dos moradores dessas periferias.

Assim, a pesquisa qualitativa recupera as representações dos próprios atores sociais sobre suas condições de existência e sobre o poder

público da cidade, oferecendo aos gestores das políticas públicas um quadro complexo, através do qual é possível vislumbrar a “cidade oculta”, aquela que só se mostra aos olhos de quem realmente se propõe a conhecer a teia das relações sociais no interior das quais se constituem os referidos atores sociais – ou o viver dos sujeitos investigados.

Os resultados desta pesquisa apresentam um panorama bastante concreto do universo onde se movem esses verdadeiros deserdados da cidade. Desnadam o outro lado da “Califórnia Brasileira”, marcada por uma experiência brutal de desigualdade social. Com ela, a expectativa de que o direito da periferia à cidade ultrapasse o plano dos anseios, transformando-se em realidade para o grande contingente que, segregado como se fora uma outra humanidade, habita os “espaços opacos” da região.

No dizer de um migrante nordestino do Jardim Progresso “(...) *se eu pensar para trás me dá aquele desgosto e começa a querer sair lágrima, chorar ... e a pessoa não aguenta somente o para trás. E eu só penso futuro e alegria, entendem?*” (grifo nosso)

“(...) para estas populações (periféricas) a vida quase sempre, é o que há a partir do que sobra. De vez em quando, porém, o sonho ultrapassa os limites do que sobra. Os corpos cansam, mas no coração e nas noites as pessoas praticam, a seu modo, os sonhos de uma existência em que a vida não seja apenas o que há a partir do que sobra”. (Paulo Freire: 1985, 10)

É na esperança de que o poder público se incline sobre os anseios e demandas da periferia, registrados neste trabalho, rompendo a lógica concentradora da gestão pública, tradicionalmente voltada ao atendimento dos interesses da cidade hegemônica, que ganham significado os resultados desse trabalho: a clara definição dos contornos da realidade a serem contemplados por políticas públicas comprometidas com a consolidação do respeito aos direitos humanos – e à cidadania – em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. & KOWARICK, L. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização, in: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 133-a 167, 1988.
- BONDUKI, N. *Origem da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana, *Novos Estudos Cebrap*, nº 47, São Paulo, p. 155 a 176, 1997.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Ciudad de Mexico, Siglo Veintiuno, 1978.
- CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Comissão Especial de Estudos da Violência Urbana e da Segurança Pública*, ago. 2001.
- DAVEIRA, A. S. N. *A fala do povo: a reprodução do conhecimento no saber popular*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Dept. de Geografia/FFLCH-USP, 1996.
- ELIAS, D. de S. Fim de século e urbanização no Brasil, *Ciência Geográfica*, ano IV, n. 11, 1998.
- FREIRE, P. Prefácio. In: DAVEIRA, Adriano S. Nogueira. *A fala do povo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LOPES, D. A. *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)*. Campinas: Alínea, (1997a).

\_\_\_\_\_. *Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana*. Tese (Doutorado), São Paulo, Dept. de Sociologia/FFLCH-USP, 1997b.

LOPES, D. A. Trabalhadores sem teto e ética do habitar: problemas do direito à habitação no modo de vida provisório, *Cadernos do ICH*, n. 7, 18-998 – PUC-Campinas, 1999.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEYER, R. M. P. Segregação espacial. in: BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço*. Petrópolis: Vozes, 1979.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994a.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan Editora da UFRJ, 1994.